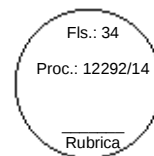




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 12.292/2014

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Cultura do DF.

ASSUNTO: **Consulta.**

EMENTA: Consulta acerca da existência, ou não, de prazos legais mínimo e máximo para a reversão de servidor aposentado por invalidez, em face da regulamentação do art. 34 da Lei Complementar nº 840/2011 pelo art. 44 do Decreto nº 34.023/2012.

Decisão nº 2823/14 – Não conhecimento da consulta, devido à ausência de parecer técnico-jurídico da Administração (fl. 20).

Nova Consulta (fls. 22/32).

Pelo conhecimento. Inexistência de prazo legal mínimo para a reversão de servidor aposentado por invalidez. O prazo máximo é tão somente a idade de 70 anos, podendo a reversão ser efetivada a qualquer momento após a aposentadoria. Ilegalidade do §2º do art. 44 do Decreto nº 34.023/2012.

Senhor Diretor,

Este processo trata de consulta formulada pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, fls. 22/33, acerca da existência, ou não, de prazo legal mínimo para a reversão de aposentadoria em qualquer modalidade e de prazo máximo para a reversão de servidor aposentado por invalidez.

2. A Consulta fora inicialmente apresentada (fls. 1/7) sem o parecer técnico-jurídico requerido pelo art. 194, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal¹, razão pela qual a Corte decidiu não conhecê-la, nos termos da Decisão nº 2823/14(fl. 20), a seguir:

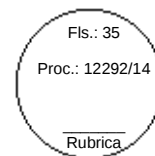
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator,

¹Art. 194. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal conhecerá das consultas que lhe forem formuladas pelo Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



decidiu:

I – deixar de conhecer da consulta formulada pela Secretaria de Estado de Cultura, uma vez que não atendeu aos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 194, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal (parecer técnico-jurídico específico);

II – recomendar à jurisdicionada que recorra à sua assessoria jurídica ou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF para obter o necessário parecer técnico-jurídico, haja vista incluir-se nas competências da PGDF a função institucional de exercer a consultoria jurídica do Distrito Federal, conforme o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 395/01;

III – determinar o encaminhamento de cópia desta decisão à autoridade consulente;

IV – autorizar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.

3. Seguindo a recomendação expressa no item II, a jurisdicionada apresentou nova Consulta (fls. 22/33), desta feita acompanhada de parecer técnico-jurídico específico elaborado pela Assessoria Jurídico-Legislativa do órgão (fls. 26/33).

4. A dúvida apresentada deriva de cotejamento do art. 34, I, da Lei Complementar nº 840/2011 com o art. 44, § 2º, do Decreto nº 34.023/2012, que regulamentou a Lei, ambos abaixo:

LC nº 840/2011 - Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I – por invalidez, quando, por junta médica oficial, ficar comprovada a sua reabilitação;

II – quando constatada, administrativa ou judicialmente, a insubsistência dos fundamentos de concessão da aposentadoria;

III – voluntariamente, desde que, cumulativamente:

a) haja manifesto interesse da administração, expresso em edital que fixe os critérios de reversão voluntária aos interessados que estejam em igual situação;

b) tenham decorrido menos de cinco anos da data de aposentadoria;

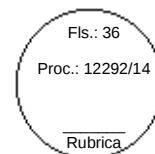
c) haja cargo vago.

§ 1º É de quinze dias úteis o prazo para o servidor retornar ao exercício do cargo, contados da data em que tomou ciência da reversão.

§ 2º Não pode reverter o aposentado que tenha completado setenta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



anos.

Decreto nº 34.023/2012 - Art. 44. A reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial, ficar comprovada a sua reabilitação, tornando insubsistentes os fundamentos de concessão da aposentadoria.

§1º A Junta Médica Oficial poderá requisitar outros exames que julgar necessários para a aferição da capacidade laborativa do servidor.

§2º O pedido somente poderá ser interposto após o prazo mínimo de 01 (um) ano, da publicação da aposentadoria do servidor no Diário Oficial do Distrito Federal, e poderá ser realizado uma vez a cada ano, até o prazo máximo de 05 (cinco) anos da aposentadoria;

§3º A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, sem restrições laborais.

5. Observando que o Decreto estabeleceu prazos mínimo e máximo, não previstos na Lei, para a interposição do pedido de reversão à atividade, a consulente requer seja esclarecido se a Administração Pública Distrital:

(i) nos casos de reversão de aposentadoria por invalidez, deverá aplicar o prazo máximo de 5 (cinco) anos para requerimento;

(ii) em qualquer caso, deverá aplicar o prazo mínimo de 1 (um) ano previsto na primeira parte do mesmo dispositivo regulamentar.

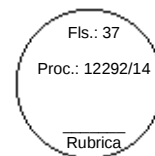
6. A presente consulta foi formulada por autoridade competente (Secretário de Estado de Cultura do DF), versa sobre direito em tese, indica com precisão seu objeto e está acompanhada de parecer técnico-jurídico da Administração. Portanto, deve ser conhecida.

7. Quanto ao mérito das questões, o parecer jurídico do órgão (fls. 26/32) inicialmente aponta a ocorrência de abuso do poder regulamentar pela Administração, posto que somente outra lei poderia alterar a previsão inserta no art. 34 da LC nº 840/2011, do qual se depreende a intenção do legislador de não obstaculizar o retorno do servidor aposentado por invalidez ao cargo anteriormente ocupado na Administração Pública.

8. A seguir, a jurisdicionada traça paralelo entre a legislação distrital e a correspondente legislação federal, qual seja, o art. 25 da Lei nº 8.112/90 e sua regulamentação, pelo art. 2º do Decreto nº 3.644/00:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Lei nº 8.112/90 - Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

- a) tenha solicitado a reversão;
- b) a aposentadoria tenha sido voluntária;
- c) estável quando na atividade;
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
- e) haja cargo vago.

Decreto nº 3.644/2000 - Art. 2º A reversão dar-se-á:

I - quando cessada a invalidez, por declaração de junta médica oficial, que torne insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que seja certificada pelo órgão ou entidade a aptidão física e mental do servidor para o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente de lotação.

§ 2º A reversão de que trata o inciso II deste artigo somente poderá ocorrer mediante solicitação do servidor e desde que:

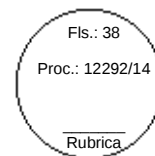
- a) a aposentadoria tenha sido voluntária e ocorrida nos cinco anos anteriores à solicitação;
- b) estável quando na atividade; e
- c) haja cargo vago.

9. Ressalte-se, por oportuno, que enquanto o Decreto Federal nº 3.644/00 destina-se especificamente a regulamentar o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei nº 8.112/90, o Decreto Distrital nº 34.023/12 regulamenta tão somente os procedimentos médico-periciais e de saúde ocupacional da Secretaria de Estado de Administração Pública do DF e, portanto, se ocupa apenas da reversão de aposentadoria por invalidez.

10. A assessoria jurídica do órgão destaca a semelhança entre as leis federal e distrital e observa, com o apoio de citações da doutrina, que o Decreto federal nada previu quanto a prazo mínimo para a reversão e tampouco prazo máximo nos casos de servidores aposentados por invalidez, mas tão somente para os casos de reversão no interesse da Administração. Ressalta ainda que esse entendimento se alinha à necessidade de preservação do erário, pois evita a manutenção de proventos a servidor aposentado por invalidez que poderia estar em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



efetivo exercício, prestando relevantes serviços à coletividade.

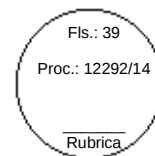
11. Por fim, a Assessoria Jurídico-Legislativa da jurisdicionada manifesta o entendimento de que os prazos estipulados pelo art. 44, § 2º, do Decreto nº 34.023/2012 não devem incidir, por ilegalidade. Assim, defende a inexistência do prazo mínimo de 1 ano para o requerimento da reversão, qualquer tenha sido a modalidade de aposentadoria; e a inexistência do prazo máximo de 5 anos na hipótese de aposentadoria por invalidez.

12. Assiste razão à Assessoria Jurídico-Legislativa do órgão, que corretamente apontou a ocorrência de abuso do poder regulamentar pela Administração Distrital, ao impor prazos para a reversão da aposentadoria por invalidez quando a Lei não os havia estabelecido. Nesse sentido, os julgados abaixo:

DIREITO ADMINISTRATIVO. º AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APELAÇÃO CÍVEL. º PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO. º COMPANHIA NACIONAL DO ÁLCALIS. º AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA A ALIENAÇÃO DE UNIDADES RESIDENCIAIS NÃO VINCULADAS ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA PESSOA JURÍDICA PRIVATIZADA. º **DECRETO FEDERAL IMPONDO PRAZO PARA A ALIENAÇÃO.** º DESCUMPRIMENTO, POR PARTE DA ÁLCALIS, DO PRAZO FIXADO NO DECRETO. º INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA. º CONSEQUENTE INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO. º **DEVER DE ALIENAR IMPOSTO POR MEIO DE DECRETO.** º **INOVAÇÃO - PODER REGULAMENTAR EXORBITADO** - SENTENÇA MONOCRÁTICA CONFIRMADA - RECURSO DE APELAÇÃO DO MPF IMPROVIDO. 1. Cuida-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em face do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social º BNDES - e da Companhia Nacional do Álcalis, tendo em vista fatos ocorridos durante o denominado Programa Nacional de Desestatização. 2. Alega o MPF que a Companhia teria descumprido o prazo estipulado para a realização da alienação dos bens integrantes de seu ativo não operacional (imóveis, residências, terrenos), conforme determinava o Decreto nº 99.209/90, com a redação determinada pelo Decreto nº 99.665/90, que regulamentou a Lei nº 8.011/90. 3. Assevera o Parquet Federal que, como referido decreto fixava prazo º até o dia 22 de abril de 1991 para que fosse realizada a alienação dos bens componentes do ativo não operacional, a inércia da Álcalis teria, assim, infringido os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade. Consequentemente, aduz o Autor que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



teria havido prejuízo ao erário público. 4. Questão em que discute, diante do caso concreto, os limites do poder regulamentar do Poder Executivo. **5. O decreto deve limitar-se a dar executoriedade à lei, não podendo dela se afastar, para impor limites não estabelecidos pelo diploma legal, sob pena de exorbitância do poder regulamentar.** 6. Assim, o Decreto nº 99.209/90, com a redação determinada pelo Decreto nº 99.665/90, ao fixar prazo para a alienação, inovou, afastando-se das balizas previstas na Lei nº 8.011/90, havendo, portanto, exorbitância do poder regulamentar. 7. Conseqüente inexistência de ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade pública. Ausência, portanto, de qualquer prejuízo ao erário público. 8. Apelação improvida para se manter, in totum, a Sentença Monocrática.

(TRF-2 - AC: 199451010660211 RJ 1994.51.01.066021-1, Relator: Desembargador Federal REIS FRIEDE, Data de Julgamento: 02/05/2007, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::21/05/2007 - Página::313)

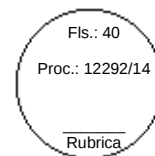
PARCERIA AGRÍCOLA - PRAZO MÍNIMO - INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - FIXAÇÃO NO DECRETO 59.566/66 - EXORBITÂNCIA DO PODER REGULAMENTAR - LIVRE PACTUAÇÃO DE PRAZO MENOR EM CONTRATO ESCRITO CABIMENTO CRÉDITO EM FAVOR DO PARCEIRO-OUTORGADO NÃO COMPROVAÇÃO IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO SENTENÇA MANTIDA. I - Não obstante o prazo previsto no art. 13, inc. II, letra a, do Decreto 59.566/66, a norma que o originou (Lei 4.504/64) não exige o prazo mínimo de um quinquênio para os contratos envolvendo a exploração de lavoura permanente. Assim, como a norma regulamentadora não pode alterar os limites estabelecidos pela norma regulamentada, os cinco anos fixados pelo decreto devem ser aplicados somente para os casos em que as partes não convencionaram o tempo de duração do contrato ou se o fizeram de forma indeterminada. II Demonstrando a prova pericial produzida a inexistência de crédito em favor do autor, decorrente da parceria agrícola realizada com os réus, de rigor a rejeição da pretensão de cobrança.

(TJ-SP - APL: 317729720088260196 SP 0031772-97.2008.8.26.0196, Relator: Mendes Gomes, Data de Julgamento: 07/05/2012, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/05/2012)

13. Superada a questão da exorbitância de poder regulamentar, destaque-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



se a seguinte jurisprudência, referente à possibilidade de reversão da aposentadoria por invalidez, **a qualquer momento**, desde que constatada a insubsistência das condições que motivaram a aposentação:

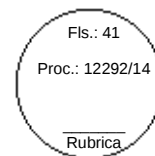
ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CESSAÇÃO DOS MOTIVOS. REVERSÃO. POSSIBILIDADE. TRANSFORMAÇÃO. CARGOS BACEN. REGIME CELETISTA EM ESTATUTÁRIO. ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR NO RJU. CABIMENTO. 1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Hélio de Andrade Carvalho, ex-funcionário do Bacen, aprovado no Concurso Público 6608215552, de 21.8.1966, e **aposentado por invalidez em 1976**, visando retornar ao serviço público por meio de reversão de sua aposentadoria. 2. O Tribunal a quo consignou ter o recorrido passado por junta médica oficial, a qual atestou sua aptidão física para o trabalho. Assim, não pode o STJ rever tal entendimento com base na Súmula 7/STJ. **3. Na hipótese, por se tratar de aposentadoria por invalidez, no qual o afastamento do serviço se deu independentemente da vontade do servidor (por moléstia grave), e havendo expressa determinação legal de retorno às atividades normais (cessado o motivo da aposentadoria e após aprovação de junta médica), não há como concluir diversamente da natureza provisória desse afastamento.** 4. Ocorrendo reversão do servidor aposentado por invalidez, esta se fará no mesmo cargo ou naquele resultante de sua transformação. In casu, **o cargo que o recorrido ocupava, antes regido pela CLT, foi transformado, por determinação constitucional (art. 39 da CF), em estatutário com o advento da Lei 8.112/1990. É nessa nova situação funcional que o servidor deve ser enquadrado.** 5. Recurso Especial não provido.

(STJ - REsp: 1253093 DF 2011/0102251-1, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 20/10/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2011)

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS. REVERSÃO OU CONVERSÃO EM PROVENTOS INTEGRAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO. ORDEM DENEGADA. **1. O servidor aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para reavaliação das condições que ensejaram a aposentadoria, procedendo-se à reversão, com o seu retorno à atividade, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112/90, (...).**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



(STJ - MS: 15141 DF 2010/0055012-8, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 04/05/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 24/05/2011)

14. No mesmo sentido, esta Corte julgou legais atos de reversão de aposentadorias por invalidez ocorridos mais de 5 anos após a concessão do benefício (Processos nºs 619/95, 20759/07, 77/95). Assim, conclui-se que a reversão da aposentadoria por invalidez pode ser efetivada a qualquer tempo, desde que o servidor não tenha completado 70 anos, idade limite para permanência no serviço ativo².

15. Ressalte-se ainda que a reversão motivada por insubsistência das moléstias ensejadoras da aposentadoria não só pode ocorrer a qualquer tempo, como deve se dar *ex officio*, ou seja, por iniciativa da própria Administração, que atua sem espaço para análise da conveniência do ato. Assim afirma a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “A reversão é o ato pelo qual o funcionário aposentado reingressa no serviço público; pode ser a pedido ou *ex officio*, esta última hipótese ocorrendo quando cessada a incapacidade que gerou a aposentadoria por invalidez”³.

16. Portanto, entende-se que o Tribunal deve responder à consulente que, nos casos de aposentadoria por invalidez, não há prazo mínimo para a reversão e o prazo máximo é tão somente a idade de 70 anos, limite para a permanência do servidor no serviço ativo, podendo a reversão se dar a qualquer tempo, contanto que comprovada a reabilitação do servidor por junta médica oficial.

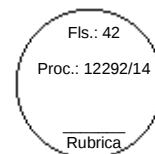
17. Por fim, é oportuno mencionar discussão havida no Processo nº 515/02, que trata da aposentadoria por invalidez do agente de polícia civil Marcelo Toledo Watson. Decorridos mais de 5 anos do registro da aposentadoria por esta Corte (Decisão nº 3965/03), o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDf ofereceu Representação de nº 04/2011, tendo em conta indícios da reabilitação do servidor. Assim, foi proferida a Decisão nº 4869/11, cujo item II – b determinou que à Polícia Civil do DF – PCDF que promovesse ações no sentido de submeter o inativo a nova inspeção médica, com vista a apurar a superação clínica,

2 CRFB - Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. **§ 1º** Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (...) II - **compulsoriamente, aos setenta anos de idade(grifo nosso)**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

3 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo* – 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.570



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



ou não, da patologia que motivou o indicativo da aposentadoria. Não cumprida, tal determinação foi reiterada pelo item IV da Decisão nº 2890/12, objeto de Pedido de Reexame pelo servidor, inicialmente não conhecido pelo Plenário (Decisão nº 5087/12). Reconhecendo falha formal no proferimento da Decisão nº 5087/12, o TJDF, em sede de Mandado de Segurança interposto pelo servidor, declarou nula a Decisão nº 5087/12 e, por meio da Decisão nº 6206/13, este Tribunal de Contas decidiu reformar o item IV da Decisão atacada. Irresignado, o MPJTCDF interpôs Pedido de Reexame, cujo mérito pende de deliberação pela Corte. É interessante trazer a estes autos trechos da peça recursal do MPJTCDF, alinhada ao entendimento aqui manifestado:

15. É consabido nos dias atuais que muitas moléstias que dão origem à aposentadoria por invalidez são passíveis de controle e, não raro, até de cura. O avanço científico e suas repercussões na medicina têm concorrido, ao longo dos anos, para corroborar essa tese. Por esse motivo, há necessidade de realização de constantes exames periciais para confirmar se a invalidez persiste. **Assim determina a lei**, como nos parágrafos a seguir lembrar-se-á.

16. À vista de tal pensamento é que, no campo do direito, a aposentadoria por invalidez é tida como **benefício de natureza precária**, e não definitiva, porquanto sempre concedida no pressuposto de que subsistam e perdurem as causas que a determinaram. Deve ser, portanto, encarada como um benefício sujeito à reversão (retorno ao *status quo ante*), a uma condição resolutiva, isto é, **prevalecerá enquanto persistente a incapacidade laborativa**.

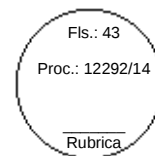
17. Em outras palavras, enquanto o servidor perceber o benefício de aposentadoria por invalidez, sendo essa revestida de presunção *juris tantum* no concernente a seu pressuposto fático de validade (invalidez ou incapacidade), admitindo, assim, prova em contrário, estará obrigado, **a qualquer tempo**, a submeter-se a exame médico a cargo do Poder Público, sob pena de cancelamento do referido benefício.

18. Como visto, o art. 34 da LC nº 840/2011 dispõe sobre o instituto da reversão dos servidores distritais no mesmo sentido que o art. 25 da Lei nº 8.112/90, aplicável aos agentes de polícia da PCDF. Assim, entende-se que as Decisões a serem proferidas pela Corte nestes autos e nos de nº 515/02 deverão ser coerentes.

19. Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- I. conhecer da consulta formulada pelo Secretário de Estado de Cultura do DF, posto que satisfaz os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 194 do Regimento Interno deste Tribunal;
- II. considerar ilegal o §2º do art. 44 do Decreto nº 34.023/2012, por extrapolação do poder regulamentar, tendo em vista que o art. 34 da Lei Complementar nº 840/11 não fixou prazos para a reversão da aposentadoria por invalidez;
- III. responder à Secretaria de Estado de Cultura do DF que, nos casos de aposentadoria por invalidez, inexistente prazo mínimo para a reversão e o prazo máximo é tão somente a idade de 70 anos, limite para a permanência do servidor no serviço ativo, podendo a reversão se dar a qualquer tempo, contanto que comprovada a reabilitação do servidor por junta médica oficial;
- IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida neste feito ao Órgão Consulente;
- V. autorizar o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

Brasília, 22 de julho de 2014.

Yasmin Carla Marchioro Silvério
Auditora de Controle Externo
Matr. nº 1451-3